

Proposta da implementação do Programa de Educação Permanente em Saúde com inserção de Práticas para o Desenvolvimento das Competências Morais, no Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência.

Resumo

Este produto é resultado da pesquisa realizada durante o curso de Mestrado Profissional de Ensino na Saúde, da Faculdade de Enfermagem Aurora Afonso (UFF), e surgiu após identificar que, o processo de ensino aprendizagem aplicado em um serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, no Estado do Rio de Janeiro, apresentava características de Educação Continuada, no lugar do Programa de Educação Permanente em saúde. Levando em consideração a importância da existência de uma Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) e da promoção de competências morais, para que o Enfermeiro deste serviço possa enfrentar os dilemas encontrados em suas atividades laborais, esse produto tem como objetivo, propor a implementação do Programa de Educação Permanente em saúde com a inserção de práticas de Educação Moral transversalmente aos conteúdos a serem desenvolvidos.

INTROUÇÃO

No âmbito do cuidado às situações de urgência e emergência do atendimento pré-hospitalar (APH), o enfermeiro se depara com situações conflitantes que envolvem a dignidade humana, a humanização e a ética, de acordo com a afirmação de Santana et al (2012), demandando um saber que vai além do conhecimento técnico-científico e que envolve uma reflexão ética e humana na abordagem integral às vítimas e aos seus familiares.

Sendo assim, este produto surgiu como resultado da pesquisa de mestrado sobre o referido tema, pois, segundo afirmam Dalmolin et al. (2009), o enfermeiro, líder da equipe, se torna responsável por conflituosas tomadas de decisões éticas, e o desenvolvimento das habilidades de competência moral o capacitam a mediar e solucionar conflitos desta ordem em defesa do paciente (JORMSRI et al, 2005). Sendo assim, a competência moral tem relevância fundamental no conjunto de habilidades necessárias a serem desenvolvidas durante a formação contínua deste enfermeiro.

A resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017, estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), aprova os pressupostos, princípios e diretrizes comuns na formação de profissionais na área da saúde e coloca a Defesa da vida e do SUS como preceitos orientadores

do perfil do Egresso das Graduações, devendo essa formação considerar os aspectos éticos em prol de um cuidado que se compromete com a dignidade humana e com a valorização da vida, considerando todas as dimensões do indivíduo.

Ao refletir sobre a necessidade de desenvolver competências para promoção de um cuidado ético, conforme preconiza tal resolução do CNS, uma educação com características capazes de fomentar o desenvolvimento da moralidade, em direção aos princípios morais universais, favorece a construção dos valores necessários a esses profissionais, viabilizando os preceitos do cuidado humano de qualidade e que valoriza vida.

Biaggio (2006), afirma que a dinâmica do desenvolvimento moral é um assunto de grande interesse para a educação, tendo sido estudado por diversas teorias de desenvolvimento psicológico, uma conclusão comum a algumas delas tal como o Behaviorismo e a teoria psicanalítica, é que a moral é internalizada devido a um processo de exposição a diversos fatores extrínsecos.

Levando em consideração que a Educação Permanente em Saúde (EPS), trata-se de uma das estratégias para enfrentar os problemas nos serviços de saúde, promovendo um cuidado de qualidade e humano, através da capacitação e “que tem como missão fortalecer conhecimentos, habilidades, atitudes e práticas que a dinâmica das organizações não oferece por outros meios.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009 p.40), e considerando a conclusão de pesquisa de campo realizada em um serviço de atendimento pré-hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, que demonstrou a ausência de atividades de ensino que convergem com os princípios da EPS, foi elaborada uma proposta de implementação do Programa Nacional de Educação Permanente em Saúde, com a inserção de um processo de ensino e aprendizagem que contemplem práticas que favoreçam o desenvolvimento da competência moral dos Enfermeiros que atuam neste serviço.

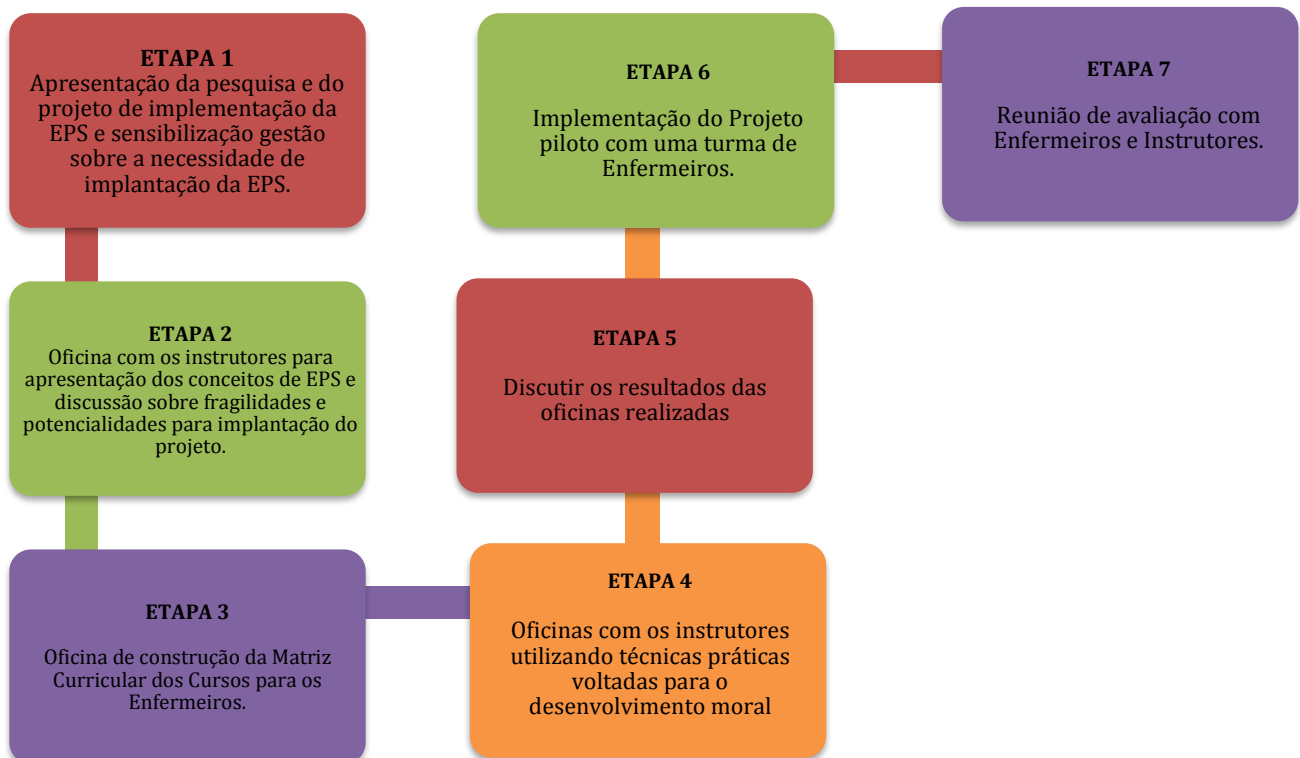
OBJETIVO GERAL:

Propor a implementação do Programa de Educação Permanente em saúde com a inserção de práticas de Educação Moral transversalmente aos conteúdos a serem desenvolvidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Promover discussões com a equipe pedagógica e a gestão para sensibilização sobre a importância da implementação da Educação Permanente em Saúde;
- Realizar oficinas para apresentar os conceitos de EPS e elaborar as estratégias de implementação;
- Discutir sobre as fragilidades e potencialidades da implementação da EPS;
- Realizar oficinas com os instrutores envolvendo práticas simuladas voltadas para o desenvolvimento moral;
- Discutir os resultados das oficinas realizadas;
- Elaborar a matriz curricular dos cursos com as práticas simuladas contemplando os temas transversais para promoção do desenvolvimento da competência moral dos Enfermeiros.

FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO:



ROTEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO:

ETAPA 1: Solicitar reunião com a gestão do serviço por meio oficial de comunicação (e-mail), enviando junto à solicitação, documento digital descrevendo o projeto. Realizar a reunião com ênfase na sensibilização sobre a necessidade de implantação da EPS

ETAPA 2:

Tempo de desenvolvimento total da oficina: 4h

1. Preparação:

- Enviar aos participantes, por meio digital, as referências bibliográficas a serem utilizadas na oficina, com orientação para que seja feita leitura previa do referido material. Importante ressaltar, que a leitura do material é de suma importância para o desenvolvimento das discussões.
- Acolhimento do grupo de “instrutores” com a realização de um Coffee break.
- Organizar o grupo sem um semicírculo.

2. Desenvolvimento:

- Apresentação dos objetivos da oficina, promovendo a sensibilização dos “instrutores” para a importância do Programa de Educação Permanente em Saúde.
- Conceituar brevemente EPS.
- Apresentar breve e sucintamente os Objetivos e pilares da EPS, assim como as legislações vigentes que preveem a implementação da mesma.
- Diferenciar Educação Permanente em Saúde de Educação Continuada
- Subdividir o grupo de instrutores em subgrupos e solicitar que executem as seguintes tarefas, na ordem:
 1. Relacionar os problemas que poderiam ser solucionados através da implementação da EPS.
 2. Relacionar, em duas colunas, as fragilidades e potencialidades da implementação da EPS no serviço.
 3. Responder a seguinte questão: “Vocês utilizam as práticas de Educação Permanente em Saúde ou Educação Continuada?”

- Solicitar que os subgrupos apresentem seus apontamentos e promover discussão com o grupo sobre os principais pontos abordados.
- Promover discussão com o grupo sobre a mudança da nomenclatura “instrutores” para “facilitadores de educação permanente”.
- Elaborar em conjunto, as principais ações para implementação da EPS na instituição.

3. Conclusão:

- Releer com o grupo as medidas traçadas.
- Enfatizar que as práticas realizadas na oficina, demonstram uma prática de metodologia ativa, preconizada na EPS.
- Esclarecer possíveis dúvidas.
- Deixar agendado a próxima oficina, esclarecendo os objetivos da mesma.

Referências Bibliográficas sugeridas para esta etapa:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Curso de Formação de Facilitadores de Educação Permanente em Saúde. unidade de Aprendizagem integradora. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004; 13 fev

BRASIL. Ministério da Saúde. Educação Permanente em Saúde: um movimento instituinte de novas práticas no Ministério da Saúde: Agenda 2014. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 120 p.

ETAPA 3:

Tempo de desenvolvimento total da oficina: 6h com 1 intervalo de 30 min.

1. Preparação:

- Enviar aos participantes, por meio digital, as referências bibliográficas a serem utilizadas na oficina, com orientação para que seja feita leitura prévia do referido material. Importante ressaltar que a leitura do material é de suma importância para o desenvolvimento das discussões,
- Arrumação da sala em semicírculo e acolhimento do grupo com Coffee break.

2. Desenvolvimento:

- Apresentação dos objetivos da oficina, promovendo a sensibilização dos “instrutores” para a importância da utilização, nos cursos, de uma estrutura curricular mínima, adaptada para a prática e problemas existentes no serviço.
- Descrever sucintamente a estrutura mínima para elaboração de uma Matriz Curricular, e os conceitos de competências e habilidades.
- Subdividir o grupo de instrutores e solicitar que executem as seguintes tarefas, na ordem:
 1. Descrever em duas colunas as competências e habilidades necessárias a serem desenvolvidas pelos Enfermeiros no APH.
 2. Elaborar a proposta de uma Matriz Curricular dos cursos de capacitação dos Enfermeiros.
- Solicitar que os subgrupos apresentem seus apontamentos e promover discussão com o grupo sobre os principais pontos abordados.
- Construção em conjunto com o grupo da Matriz Curricular final dos cursos, enfatizando a necessidade de inserção de práticas de desenvolvimento de competência moral de forma transversal no currículo. Enfatizar também que o currículo deve ser flexível e atender as necessidades emergentes do serviço, conforme previsto na EPS.

3. Conclusão:

- Reler com o grupo as medidas traçadas.
- Esclarecer possíveis dúvidas.
- Deixar agendado a próxima oficina, esclarecendo os objetivos da mesma.

Referências Bibliográficas sugeridas para esta etapa:

SANTOS, W. S. Organização Curricular Baseada em Competência na Educação Médica. Revista Brasileira de Educação Médica, 35 (1) : 86 – 92 ; 201. disponível em : <https://www.cesupa.br/mestradoesem/docs/Artigo%203%20-%20Edital%20ESEM.pdf>

ETAPA 4 e 5:

1. Preparação:

- Escolher uma das práticas apontadas na referência bibliográfica desta etapa. Esse roteiro será baseado nos exercícios de Role playing, entretanto, há outras alternativas disponíveis, como a Discussão de Dilemas Morais.
- Acolhimento do grupo de “instrutores” com a realização de um Coffe break.

2. Desenvolvimento:

Exercícios de Role Playing.

Está prática consiste no desenvolvimento de uma dramatização, que no caso de sua aplicação na EPS, pode ser descrito como uma prática simulada, na qual viabiliza a vivência em papéis diversos, favorecendo a adoção de perspectivas sociais diversas e consequentemente a promoção da empatia e capacidade para conectar-se com sentimentos e percepções alheias.

Passos para aplicação:

1. Definição do problema e cenário:

- Elabore um breve episódio que simula um problema de relações humanas de cunho moral, rotineiramente presente no âmbito das atividades de trabalho. Estas situações devem estabelecer um conflito moral aberto a interpretações e soluções distintas.

2. Criação de um clima de grupo apropriado:

- O facilitador deverá promover um clima de confiança e participação do grupo. Poderá motivar os participantes a descreverem os problemas de conflito moral mais vivenciados em seu dia a dia.

3. Preparação da simulação:

Passo 1: O facilitador deverá expor as normas e passos da simulação, que podem consistir em: Somente os alunos falam, ninguém pode interromper a simulação, os observadores deverão descrever em uma folha de papel todos os seus apontamentos e observações para a discussão final, a simulação só termina quando o facilitador sinalizar. O tom deverá ser de seriedade, uma vez que esse tipo de dinâmica convida a ocorrência de brincadeiras.

Passo 2: Neste passo, o facilitador apresentará qual será o conflito, quais seus personagens e qual cena deverá ser representada. O número ideal de participantes é de 3 atores.

Passo 4: O facilitador deverá solicitar 3 voluntários para a escolha dos papéis. Preferencialmente, cada participante deverá escolher um papel diferente daquele exercido na vida real. Deverá também motivá-los a buscar argumentos que defenderão a posição de seu personagem.

Passo 5: Nesse momento, os “atores” deverão sair da sala por alguns momentos para interiorizar seus personagens e preparar sua atuação. Enquanto isso, o facilitador motiva o restante do grupo a participação ativa como observadores.

4. Realização da simulação:

- Inicia-se a simulação até que o facilitador julgue que foram levantados elementos suficientes para o debate ou detecta que a conversação não avança.

5. Análise da simulação e debate:

- O facilitador deverá promover a análise dos elementos que surgiram durante a dinâmica: qual era o problema, qual sentimentos entraram em jogo, quais atitudes e soluções propostas e quais pareciam mais adequadas. Essa discussão poderá se iniciar com uma breve exposição por parte dos atores e de sua experiência durante a interpretação.

- A busca por propostas de solução dos conflitos, a transferência para situações concretas, a valorização das consequências das diferentes decisões e a tentativa de chegar a um acordo coletivo, são elementos imprescindíveis nessa fase.

3. Conclusão:

- Ao finalizar a etapa 4, deverá ser promovida a discussão com os instrutores sobre suas impressões acerca das atividades realizadas, assim como os apontamentos de suas potencialidades e fragilidades.

Referência Bibliográfica para esta etapa:

PUIG, JM. **Ética e Valores: Métodos para um Ensino Transversal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

Etapa 6 e 7:

- Essas Etapas deverão seguir os roteiros das etapas 4 e 5.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Série B. Textos Básicos de Saúde Série Pactos pela Saúde, v. 9. Brasília - DF, 2009.

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume9.pdf

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017

DALMOLIN, G.L. et al. O sofrimento moral dos profissionais de enfermagem no exercício da profissão. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2009 jan/mar; 17(1):35-0. Disponível em:

<http://www.facenf.uerj.br/v17n1/v17n1a07.pdf>

JORMSRI, P. et al. **Moral competence in nursing Practice**. Nursing Ethics. 2005 Nov;12(6):582-94. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16312087>

PUIG, JM. **Ética e Valores: Métodos para um Ensino Transversal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTANA JCB, SILVA RCL, SOUZA CAG et al. **Ética e humanização da assistência em um serviço de atendimento pré-hospitalar: o que pensam os profissionais de saúde**. R. pesq.: cuid. fundam. online 2012. out./dez. 4(4):2744-5. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1746/pdf_598